



Análise das condições psíquicas de crianças e adolescentes submetidos à institucionalização

Analyses of the psychic conditions of children and adolescents undergoing institutionalization

Análisis de las condiciones psíquicas de niños y adolescentes em institucionalización

Sheila Fermino¹

Damaris Bezerra de Lima²

¹Autora para correspondência. Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos (Ourinhos). São Paulo, Brasil. sheilla.fermino@gmail.com

²Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos (Ourinhos). São Paulo, Brasil. damaris@unifio.edu.br

RESUMO | INTRODUÇÃO: As instituições de acolhimento visam suprir as necessidades materiais e emocionais daqueles que são colocados sob tutela do Estado. Contudo, alguns estudos evidenciam que é comum que instituições de acolhimento sejam deficitárias em relação ao número de funcionários que compõem a equipe técnica e que, em alguns casos, a criança ou adolescente permanece mais tempo nessas instituições do que o previsto pela legislação. **OBJETIVO:** Analisar se o período de permanência em uma instituição de acolhimento constitui um fator agravante para a manifestação de sofrimento psíquico. **MÉTODO:** A pesquisa foi realizada com 4 sujeitos institucionalizados (dois há mais tempo e dois há menos tempo) de uma casa de acolhimento localizada no município de Ourinhos – SP e com 4 profissionais da equipe técnica do local. Os dados foram coletados mediante entrevista semiestruturada, lúdica, anamnese, observação, análise documental e aplicação do teste projetivo HTP. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Observou-se que o tempo de acolhimento institucional é um fator que promove o aumento do sofrimento psíquico de pessoas institucionalizadas, pois, comparando-se o adolescente que residia há mais tempo no local e os demais, foi constatado que ele possuía mais prejuízos em seu desenvolvimento. Além disso, foi constatado que muitos dos sofrimentos das pessoas acolhidas eram resultantes de vivências anteriores à institucionalização. **CONCLUSÃO:** foi verificado que o processo de institucionalização caracteriza um rompimento doloroso entre o sujeito e suas figuras cuidadoras, pois, mesmo o acolhimento propiciando boas condições estruturais e materiais ao sujeito, ele não está preparado psicologicamente para um rompimento.

PALAVRAS-CHAVE: Institucionalização. Crianças. Adolescentes. Teste projetivo. Sofrimento.

ABSTRACT | INTRODUCTION: Foster care institutions aim to meet the material and emotional needs of those placed under the tutelage of the State. However, some studies show that it is common for shelter institutions to be deficient in terms of the number of employees that make up the technical team and that, in some cases, the child or adolescent stays longer in these institutions than what is provided for by law. **OBJECTIVE:** To analyze whether the period of stay in a foster care institution constitutes an aggravating factor for the manifestation of psychic suffering. **METHOD:** The research was carried out with four institutionalized subjects (two for a longer and two for a shorter period) from a shelter located in the municipality of Ourinhos - SP and with four professionals from the local technical team. Data were collected through semi-structured, playful interviews, anamnesis, observation, document analysis, and application of the HTP projective test. **RESULTS AND DISCUSSION:** It was observed that the time of institutional reception is a factor that promotes the increase of the psychic suffering of institutionalized people, because, comparing the adolescent who lived longer in the place and the others, it was found that he had further damage to their development. In addition, it was found that many of the sufferings of sheltered people were the result of experiences prior to institutionalization. **CONCLUSION:** it was verified that the institutionalization process characterizes a painful rupture between the subject and his caregivers because, even though the reception provides good structural and material conditions to the subject, he is not psychologically prepared for a rupture.

KEYWORDS: Institutionalization. Children. Adolescents. Projective test. Suffering.

Submetido 08/06/2022, Aceito 24/11/2022, Publicado 21/03/2023

Rev. Psicol. Divers. Saúde, Salvador, 2023;12:e4675

<http://dx.doi.org/10.17267/2317-3394rpsds.2023.e4675>

ISSN: 2317-3394

Editoras responsáveis: Mônica Dalto, Marilda Castelar

Como citar este artigo: Fermino, S., & Lima, D. B. (2023). Análise das condições psíquicas de crianças e adolescentes submetidos à institucionalização. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 12, e4675. <http://dx.doi.org/10.17267/2317-3394rpsds.2023.e4675>



RESUMEN | INTRODUCCIÓN: Las instituciones de acogida tienen por objeto satisfacer las necesidades materiales y afectivas de quienes se encuentran bajo la tutela del Estado. Sin embargo, algunos estudios muestran que es común que las instituciones de acogida sean deficientes en cuanto al número de funcionarios que integran el equipo técnico y que en algunos casos el niño, niña o adolescente permanezca en estas instituciones más tiempo de lo que marca la ley. **OBJETIVO:** Analizar si el tiempo de permanencia en una institución de acogida constituye un factor agravante para la manifestación del sufrimiento psíquico. **MÉTODO:** La investigación fue realizada con 4 sujetos institucionalizados (dos por más tiempo y dos por menos tiempo) de un albergue ubicado en el municipio de Ourinhos - SP y con 4 profesionales del equipo técnico local. Los datos fueron recolectados a través de entrevista semiestructurada, lúdica, anamnesis, observación, análisis de documentos y aplicación de la prueba proyectiva HTP. **RESULTADOS Y DISCUSIÓN:** Se observó que el tiempo de acogida institucional es un factor que promueve el aumento del sufrimiento psíquico de las personas institucionalizadas, pues, al comparar el adolescente que vivió más tiempo en el lugar y los demás, se verificó que tenía más perjuicios a su desarrollo. Además, se constató que muchos de los sufrimientos de las personas acogidas se debían a experiencias previas a la institucionalización. **CONCLUSIÓN:** se constató que el proceso de institucionalización caracteriza una ruptura dolorosa entre el sujeto y sus cuidadores, ya que, aunque la acogida proporcione buenas condiciones estructurales y materiales al sujeto, éste no está psicológicamente preparado para una ruptura.

PALABRAS CLAVE: Institucionalización. Niños. Adolescentes. Prueba Proyectiva. Sufrimiento.

Introdução

Há uma série de fatores que podem colaborar para submissão de crianças e adolescentes a condições de vida que não garantam a integralidade de seus direitos. De acordo com um levantamento realizado no Brasil em 2019 pela Sociedade Brasileira de Pediatria, em parceria com o Conselho Federal de Medicina e o Ministério dos Direitos Humanos, foram notificadas diariamente em média 233 agressões contra crianças e adolescentes, incluindo violações físicas, psicológicas e torturas (Agência Brasil, 2019). Além disso, o abandono do público infantojuvenil ainda constitui uma realidade no mundo contemporâneo, sendo decorrente de inúmeros fatores determinantes na vida dos pais ou responsáveis, como miséria e dependência química. Também, não se pode desconsiderar que muitas crianças e adolescentes entram em situação de orfandade, devido ao falecimento de suas figuras cuidadoras. Diante desse cenário, no qual a família viola ou não é capaz de cumprir sua responsabilidade de garantir a proteção integral ao menor de idade é dever do Estado considerar a criança ou adolescente como um sujeito de direitos e garantir medidas de cuidado e proteção para que esse público seja assistido adequadamente.

Atualmente as medidas de proteção dispostas para crianças e adolescentes estão transcritas no art. 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069, 1990). Todavia, essas medidas foram ajustadas pela Lei nº 12.010 (2009), ocasionando na substituição dos programas de abrigo em entidades e colocação em família substituta, pelos programas de acolhimento institucional e acolhimento familiar (Fonseca et al., 2020).

O acolhimento institucional, regulamentado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069, 1990), se refere a uma providência por tempo determinado e excepcional, aderida pelo Sistema de Justiça no Brasil a fim de garantir os direitos de crianças e adolescentes. Em casos nos quais o sujeito é retirado de seu círculo familiar, ou mesmo abandonado por este, a medida adotada é a colocação de tal indivíduo sob tutela do Estado. Primordialmente, esse método é usado de forma transitória, até que as condições da família sejam adequadas e favoráveis para a reintegração familiar (Fonseca et al., 2020).

Os programas de acolhimento institucional visam à construção de vínculos afetivos significativos entre os envolvidos, a fim de proporcionar um ambiente diferente do qual a criança ou adolescente estava inserido, ambiente este geralmente marcado por maus-tratos e experiências físicas e psicológicas traumáticas. No entanto, apesar dessas tentativas, de acordo com Calcing e Benetti (2014), a privação do convívio familiar atrelado ao acolhimento institucional constitui um dos fatores que comprometem o desenvolvimento saudável da criança e do adolescente, além de ser vista como uma medida estressante por esse público. Segundo a Lei nº 13.509 de 22 novembro de 2017, a permanência da criança ou do adolescente em um programa de acolhimento institucional não pode ser estendida além de 18 meses, salvo se for comprovada necessidade. Todavia, principalmente em casos de sujeitos adolescentes, a permanência em tais instituições pode ser prolongada, devido à dificuldade de adoção (Calcing & Benetti, 2014). Assim, considerando o efeito paradoxal proporcionado pelas instituições de acolhimento associado ao fato da ultrapassagem do período máximo de institucionalização em alguns casos,

pode-se inferir que o tempo de permanência de cada indivíduo em instituições de acolhimento afeta diretamente as condições psíquicas de cada um, contribuindo para o desenvolvimento de sofrimento psíquico em maior ou menor grau.

Devido à experiência de crianças e adolescentes em instituições de acolhimento ser caracterizada como um fator estressante, causar prejuízos ao seu desenvolvimento, e o período de permanência desses sujeitos estender-se em determinados casos, considerou-se relevante questionar quais indicadores de sofrimento apareceriam no teste projetivo House-Tree-Person (HTP) e se esses poderiam estar relacionados ao tempo de institucionalização. Para isso foi importante a realização de um estudo com a finalidade de avaliar se o sofrimento psíquico de crianças e adolescentes alocados em uma instituição de acolhimento aumenta em decorrência do período de institucionalização. Utilizou-se como um dos instrumentos de avaliação o teste projetivo HTP, pois atrelando os resultados obtidos no teste e as informações coletadas por demais instrumentos de avaliação foi possível analisar como o sujeito vivencia sua individualidade e as relações interpessoais no ambiente ao qual se encontra inserido. A partir dos resultados obtidos, será possível traçar um plano que envolva a execução de medidas adaptativas para crianças e adolescentes que são encaminhadas para essas instituições, a fim de auxiliar essas pessoas no processo de manutenção de suas identidades frente a uma nova realidade, visando a atenuação do sofrimento psíquico.

Acredita-se que o fator 'período de institucionalização' seja um determinante para o desenvolvimento de sofrimento de psíquico de crianças e adolescentes institucionalizados (quanto maior o tempo, maior o sofrimento e vice-versa). Para a determinação dessa hipótese, partiu-se da premissa de que o ambiente institucional muitas vezes não fornece o assistencialismo adequado para a população acolhida e também que o período máximo de institucionalização é ultrapassado em determinados casos, por exemplo, quando não há a possibilidade de reintegração familiar, quando o sujeito não é encaminhado à família extensa, e quando a pessoa não é adotada. Diante desses fatos que permeiam o contexto da institucionalização, acredita-se que quanto maior o tempo que a criança ou adolescente permanece nessas instituições, maior será o seu sofrimento psíquico.

Metodologia

Tratou-se de uma pesquisa de campo com delineamento qualitativo, descritivo e documental, que procurou identificar se o tempo de institucionalização constitui um fator agravante para o desenvolvimento de sofrimento psíquico em crianças e adolescentes residentes em uma instituição de acolhimento localizada em um município no interior de São Paulo. Essa entidade é subsidiada por uma organização sem fins lucrativos. A instituição foi escolhida para a realização da pesquisa por ser caracterizada como um serviço de proteção que oferece acolhimento a crianças ou adolescentes fragilizados, ou com vínculos familiares rompidos. Logo, a população e as variáveis que se pretendeu analisar, poderiam ser encontradas nessa entidade.

Os participantes da pesquisa foram 3 adolescentes e 1 criança acolhidos (população alvo) e os profissionais que compõe a equipe técnica do local (Coordenadora, Assistente Social, Psicólogas e Educadores). O critério adotado para convidar a população institucionalizada a participar da pesquisa foi pautado no fator 'período de institucionalização'. Foram convidados a colaborar respectivamente os dois indivíduos a menos tempo e a mais tempo institucionalizados. Uma instituição de acolhimento acolhe até 20 crianças e adolescentes entre 0 e 18 anos incompletos. Assim, 4 indivíduos equivaleriam a 20% do total, porcentagem que poderia refletir o objeto de pesquisa.

A questão principal a ser pesquisada se referia ao fator tempo de institucionalização como desencadeante de sofrimento psíquico, portanto, foi necessário delimitar entre os acolhidos os que apresentavam maior ou menor tempo de institucionalização independentemente da idade, o qual não seria um fator preponderante naquele momento. Como a permanência na instituição é transitória, não tinha como determinar que seriam somente adolescentes ou crianças, pois poderiam não estar acolhidos naquele momento os sujeitos a serem pesquisados, e não seria possível ter uma previsão de quando estariam. Consideramos que não houve discrepância significativa pelos motivos expostos. Já em relação aos profissionais, foram incluídos aqueles que possuíam contato direto com os acolhidos, sujeitos da pesquisa, ou por serem os técnicos de referência do caso, ou por serem os cuidadores com maior proximidade afetiva com os acolhidos.

Os participantes menores de 18 anos e maiores de 18 anos assinaram, respectivamente, o Termo de Assentimento e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), atestando o seu consentimento em cooperar. Além disso, a responsável judicial pelas crianças e adolescentes assinou o TCLE autorizando a participação desses sujeitos no estudo. Todos ficaram com a cópia desses documentos. Considerando os aspectos éticos, os riscos e benefícios envolvidos na pesquisa, o projeto foi submetido à Plataforma Brasil e posteriormente encaminhado ao Comitê de Ética da Fema (Fundação Educacional do Município de Assis), sendo aprovado para início da pesquisa em 1 de novembro de 2021 mediante o protocolo n.º 5.074.243, e recebendo assentimento após sua conclusão por meio do parecer consubstanciado n.º 5.267.564 em 28 de fevereiro de 2022.

A coleta de dados com a população alvo da pesquisa (menores de 18 anos institucionalizados) foi obtida mediante entrevista semiestruturada, entrevista lúdica, observação e aplicação do teste projetivo HTP. As entrevistas semiestruturadas são construídas a partir de questões abertas, pré-determinadas, para que outras questões emergam diante do diálogo estabelecido. Os fatores complementares provenientes desse processo são importantes, pois esclarecem e fornecem informações adicionais e mais minuciosas sobre aspectos ditos pelo participante (Mcgrath et al., 2019). Em relação à entrevista lúdica, Krug et al. (2016) afirmam que é uma técnica relevante, pois, assim como aponta Freud, o ato de relacionar o brincar infantil com uma linguagem, simboliza o mundo interno da criança. Para Freud, as brincadeiras de uma criança representam repetições de tudo na vida que tenha lhes proporcionado profunda impressão. Dessa forma, pretendeu-se utilizar a entrevista lúdica como instrumento de avaliação com os participantes da pesquisa. No caso da utilização desse recurso, foi colocado à disposição dos participantes papel sulfite branco e colorido, lápis preto, lápis de cor, apontador, giz de cera, borracha, cola e massinha de modelar.

Outras informações sobre as crianças e adolescentes participantes do estudo foram coletadas com os profissionais da equipe técnica por meio de entrevista de anamnese. Conforme apontado por Silva e Bandeira (2016), a entrevista de anamnese é realizada com o objetivo de coletar informações sobre a história do

examinando em ordem cronológica; é um tipo de entrevista focalizada na investigação de fatos. Em geral, é do tipo semiestruturada, e, portanto, o profissional pode alterar o roteiro previamente elaborado no decorrer da entrevista. A anamnese pode ser conduzida com os pais ou responsáveis. Além disso, foi realizada uma análise documental dos prontuários das crianças e adolescentes acolhidos a fim de obter dados anteriores ao seu acolhimento e mensurar há quanto tempo estavam institucionalizados. Para realização da análise documental definiu-se as conceituações e termos que seriam analisados no documento, interpretou-se os significados do documento escrito, criou-se uma relação entre a interpretação realizada e os conceitos e termos definidos na pesquisa e confirmaram-se os conceitos e termos definidos para análise à luz da interpretação produzida (Laville & Dionne, 2008). Esclarecemos, portanto, que os únicos dados levantados dos prontuários dos adolescentes e da criança sujeitos da pesquisa foram: causas dos acolhimentos e tempo de institucionalização. Estes dados foram relacionados aos encontrados nas entrevistas semiestruturadas com os sujeitos e de anamnese com os profissionais da instituição no sentido de verificar as corroborações e/ou divergências. Foram interpretados em conjunto com os demais dados.

As informações obtidas no estudo foram analisadas qualitativamente a partir da análise do discurso dos entrevistados e da pesquisa documental. Utilizou-se a metodologia psicanalítica para análise desses dados. De acordo com Silva (2013), a metodologia psicanalítica leva em consideração o inconsciente humano e não busca o alcance de uma verdade absoluta, mas, sim, a investigação dos contextos que são relativos e singulares a cada sujeito. Nesse tipo de modalidade, as impressões subjetivas, as questões informais, os gestos e os atos falhos, constituem importantes pistas de como o sujeito lida com a temática abordada ou mesmo com suas narrativas sobre determinado assunto (Silva, 2013). Por meio da utilização dessa metodologia, foi possível compreender como as crianças e adolescentes participantes da pesquisa vivenciavam a experiência da institucionalização e se esse processo acarretava prejuízos para a sua saúde psíquica. Além disso, esse método foi viabilizador para a compreensão do tipo de relacionamento que existia entre a equipe técnica do local e os sujeitos institucionalizados.

A Psicanálise além de teoria é um método. De acordo com [Hermann](#) (2015), a Psicanálise compreende um método interpretativo, mas ainda significa uma forma de tratamento psicológico (ou psicoterapia analítica) e é igualmente o nome do conhecimento que o método produz (ou teoria psicanalítica). Logo, os fundamentos da teoria psicanalítica é que fornecem subsídio para analisar questões inconscientes dos sujeitos que foram entrevistados, além de ser a fundamentação do teste aplicado (HTP). A Psicanálise contribui com a análise dos discursos (verbal e escrito). É mediante a fala e a escrita que questões conscientes e inconscientes vem à tona e assim é possível relacionar esses conteúdos que emergem, interpretando os dados.

Resultados e discussão

Para a exposição dos resultados obtidos, os sujeitos que compõe a população alvo do estudo foram identificados como S1, S2, S3 e S4, e os profissionais da equipe técnica da instituição foram descritos como P1 (Coordenadora), P2 (Psicóloga), P3 (Assistente Social) e P4 (Educadora). Ao longo da pesquisa, foram realizados seis encontros, sendo que três consistiram em entrevistas semiestruturadas com a população alvo do estudo, um na aplicação do teste projetivo HTP a esse mesmo público, um na realização de entrevista de anamnese com os profissionais da equipe técnica do local e o último em uma devolutiva sobre o processo realizado aos adolescentes, à criança e à equipe técnica da instituição. A entrevista com cada sujeito, assim como a aplicação do teste projetivo HTP individualmente, teve duração de 1 hora.

Por meio dos dados dos prontuários dos participantes da pesquisa, foi possível constatar há quanto tempo cada um deles estava institucionalizado e qual foi o motivo que levou o encaminhamento dessas pessoas ao acolhimento. Esses dados estão evidenciados nas tabelas 1 e 2, respectivamente.

Tabela 1. Período de institucionalização de S1, S2, S3 e S4

S1	S2	S3	S4
6 anos	7 meses	5 meses	1 mês

Fonte: As autoras (2021)

Tabela 2. Motivos da institucionalização de S1, S2, S3 e S4

S1	S2	S3	S4
Negligência, abandono, suspeita de violência sexual pelo irmão.	Situação de rua, mendicância, negligência e vulnerabilidade.	Medida de proteção diante de acolhimento institucional prévio e internação compulsória para tratamento de dependência química.	Negligência familiar, possível abandono da mãe e violência do padrasto.

Fonte: As autoras (2021)

O Caso de S1

No período da realização da pesquisa, segundo os dados coletados com o próprio adolescente S1, este tinha 16 anos de idade e encontrava-se institucionalizado há 6 anos. Além disso, ele estudava e trabalhava em um supermercado como repositor. S1 não se lembrava muito sobre o motivo que o levou à institucionalização, se recordava apenas que na época sua mãe estava com câncer e após um tempo veio a falecer. Também, o adolescente possuía mais 4 irmãos, sendo que 3 foram institucionalizados junto consigo, no entanto, já foram adotados, e mais 1 que residia com o pai em Assis/SP. Na época em que o estudo foi feito, o adolescente não mantinha contato com nenhum membro de sua família.

Os principais indicadores observados nos resultados da aplicação do teste HTP à S1 foram: ambiente restritivo, tensão e compensação, busca na satisfação por meio da fantasia, rigidez, falta de calor no lar, introversão, estabilidade, necessidade de apoio, necessidade de segurança, ansiedade, retraimento, insegurança, descontentamento, regressão, profunda necessidade de ocultar sentimentos de inadequação e desajustamento sexual, controle pobre do Ego, sentimentos ambivalentes e fixação no passado.

Quando se comparou os dados desse quadro com a entrevista realizada com esse sujeito, foi possível concluir que S1 é uma pessoa retraída e introvertida, pois possui dificuldades em expor questões associadas aos seus conflitos internos. Foi observado que ele possuía retraimento em falar sobre aspectos vinculados ao que sentia, ao que pensava sobre si dentro da instituição e sobre o seu relacionamento passado e atual com os membros de sua família. Durante a condução das entrevistas semiestruturadas e lúdica com S1 foi possível observar uma postura sempre encurvada, desvio de olhar para baixo e uma pessoa com pouco entusiasmo para prosseguir uma conversa. Segundo a teoria psicanalítica de Winnicott, o retraimento significa encolher-se em si mesmo. Geralmente, por meio dessa inibição o sujeito tenta simbolizar uma expressão de autonomia, mas, na verdade, o que ocorre é uma tentativa de autoproteção. Nesse caso, a pessoa não espera encontrar no ambiente aquilo que necessita, logo o estado de retraimento não lhe proporciona nenhum alívio ou benefício (Winnicott, 1954 *apud* Galván, 2012).

Também foi possível identificar por meio do teste HTP que S1 é uma pessoa com tendência a fantasiar o mundo por dois motivos. Em primeiro lugar, pode-se destacar que suas fantasias são um método utilizado para obtenção de satisfação, em virtude da falta de recursos que possui para lidar com a realidade. Esses dados obtidos a partir do teste corroboram com os relatos da profissional P3 (Assistente Social), referente à tendência que S1 possui de fantasiar o mundo. Segundo ela, o adolescente havia dito a uma pessoa externa à instituição que estava residindo próximo a um estabelecimento público de seu município, estava casado e tinha uma filha. Essa fala de S1 evidencia a fantasia que o adolescente construiu com base em suas vivências do momento (atualmente, ele reside próximo a um estabelecimento público, porém, possui um relacionamento amoroso não estável com uma das adolescentes também acolhida na

instituição, e essa menina possui uma filha, contudo, ele não é o pai). De acordo com Nasio (2005), a concepção freudiana de fantasia está relacionada a um recurso usado na satisfação parcial de um desejo inconsciente cuja satisfação foi frustrada. Outro motivo que evidencia que S1 possui tendência a fantasias é a sua imaturidade e falta de conhecimento a respeito da realidade do mundo. Esse fato foi constatado mediante a entrevista realizada com a profissional P1 (Coordenadora), pois, segundo ela, S1 está institucionalizado há muito tempo, dessa forma, ele não sabe como de fato é o funcionamento do mundo ao seu redor, aspecto que contribui para uma compreensão de que o adolescente pode criar fantasias em relação ao mundo.

Além disso, por meio do teste HTP foi possível verificar que provavelmente S1 tenha sentimentos ambivalentes em relação aos membros de sua família. Conforme verificado no teste, ele possuía um sentimento positivo muito intenso pelo irmão, revelando, por exemplo, o desejo de futuramente morar junto a essa figura de sua família. Porém, conforme expressado em entrevista por S1 e por P1 (Coordenadora), esse irmão e nem outros membros de sua família tinham interesse em entrar em contato com o adolescente. Atrelado a esse fato, na anamnese realizada com P3 (Assistente Social), um dos motivos que levaram o adolescente a ser institucionalizado foi a violência sexual que sofreu por parte desse mesmo irmão. Assim, fica evidente que S1 possuía sentimentos ambivalentes em relação a mesma figura. De acordo com a teoria psicanalítica de Freud, a ambivalência se refere a uma oscilação entre amor e ódio (Freud, 1915/1976). Conforme consta na obra *Totem e Tabu*, a ambivalência persiste entre duas tendências opostas em relação ao mesmo objeto: o conflito entre o desejo e a proibição, conflito este que não pode ser eminentemente solucionado, visto que não há outra forma de expressá-lo. Freud afirma que é a ambivalência que transforma o desejo em tabu e o faz permanecer, ocasionando consequências à saúde psíquica do sujeito. Além disso, em *Totem e Tabu* (1913), o psicanalista coloca que a ambivalência é observada nas emoções humanas, na qual se verifica que por detrás de um amor expresso, há uma hostilidade inconsciente (Freud, 1913/1969).

É importante destacar também que a violência sexual sofrida por S1 na infância corrobora os resultados obtidos por meio do HTP, em relação ao desajustamento sexual que o adolescente apresenta.

De acordo com [Rovinski](#) e Pelisoli (2019), o abuso sexual cometido contra crianças e adolescentes é um problema de saúde pública e pode ter um efeito desfavorável na vida do jovem a curto, médio ou longo prazo. Segundo os dados obtidos por Stoltenborgh et al., (2011) *apud* [Organização Mundial da Saúde](#) (2016), cerca de 18% de meninas e 8% de meninos são violentados sexualmente no mundo todo. Conforme evidencia esse dado, historicamente mais mulheres e meninas sofrem violência sexual, contudo, apesar dessa prevalência, homens e meninos também podem ser vítimas.

Em razão de todas as questões impostas e naturalizadas pela sociedade relacionadas à vitimização masculina, muitos meninos são acometidos pela violência sexual e não prestam queixa disso, principalmente por medo e vergonha. Ainda, alguns autores mostram que determinados atos com intenções sexuais praticados contra pessoas do gênero masculino são encarados como uma iniciação sexual, não sendo, portanto, delatados. Estudos revisados por Hohendorff (2012) *apud* [Rovinski](#) e Pelisoli (2019) denotam que os meninos são vítimas em 7,9 a 40,7% dos casos de violência sexual, ao passo que meninas são vitimizadas em 59,3 a 85% das situações que são denunciadas. Ainda, na maioria dos casos, a violência sexual é praticada por pessoas que possuem vínculo familiar com a vítima, sendo as figuras mais comuns, pais, padrastos e tios. Devido a esse tipo de violência se configurar principalmente de forma intrafamiliar, em geral, as práticas permanecem em sigilo, colaborando para que o abuso perdure por um tempo maior. Esses dados provenientes da literatura corroboram o caso da pesquisa, pois S1 foi violentado sexualmente durante a infância por um membro próximo a si, o irmão. Uma metanálise realizada por Paolucci et al. (2001) *apud* [Rovinski](#) e Pelisoli (2019) verificou que vítimas de violência sexual podem desenvolver problemas internalizantes e externalizantes diante desse fato traumático. Em relação ao primeiro aglomerado de sintomas, pode-se destacar o surgimento de depressão e ansiedade, e do segundo grupo, dissociação, problemas de conduta, comportamento sexual inapropriado, desajustamento sexual, problemas interpessoais, medo e baixa autoestima. Todas essas consequências foram evidenciadas em S1 na investigação realizada por meio das entrevistas semiestruturadas e da anamnese realizadas, respectivamente, com os sujeitos e os profissionais, e dos dados provenientes do HTP.

Foi possível perceber que a análise feita diante do caso do adolescente S1, por meio dos instrumentos de avaliação psicológica já citados, evidenciou principalmente características sobre a sua personalidade e aspectos que geraram sofrimentos e conflitos no período de sua vida anterior à sua institucionalização. Em relação ao contexto da instituição, foi possível verificar que S1 a vivenciava de forma positiva. Segundo seu relato na entrevista, o ambiente institucional atual promove mais liberdade em comparação com a coordenação da antiga gestão. Ele afirmou que práticas que eram proibidas anteriormente, como, jogar videogame e utilizar o celular, hoje são autorizadas. Dessa forma, é possível verificar que S1 encontra-se em uma condição de estabilidade. Entretanto, foi possível identificar por meio do teste projetivo HTP aplicado e da entrevista realizada, que o ambiente institucional ainda é encarado por S1 como restritivo e que ele almeja espaço para viver. Conforme declarações de P1 (Coordenadora) na anamnese, a antiga gestão praticava punições severas às crianças e adolescentes institucionalizados, além disso, ela afirmou que o ambiente era repleto de proibições. Ela citou como exemplo o fato da separação feita pela antiga gestão de crianças e adolescentes em alas distintas. Segundo P1 (Coordenadora), as crianças não podiam sequer transitar na ala dos adolescentes e vice-versa. Dessa forma, pode-se concluir que S1 talvez tenha internalizado essas restrições, e que apesar da maleabilidade da instituição atualmente, ele ainda carregue as marcas do passado.

Os relatos a respeito da antiga forma de operação dessa instituição mostraram como o ambiente era marcado por violências que afetavam a população institucionalizada de forma física e psicológica. Um estudo realizado por [Sousa](#) et al. (2017) também evidencia algumas situações de violência psicológica praticadas em uma instituição de acolhimento. Os autores realizaram uma investigação com o objetivo de conhecer a trajetória de vida de pessoas que passaram pela institucionalização. Apesar dos participantes terem ressaltado vários aspectos positivos dessa instituição, um deles relatou que certa vez foi acusado por uma das profissionais da equipe técnica de ter abusado do seu próprio irmão, além disso, a mesma profissional ameaçava levar as crianças ao Padre Severino (instituição de cumprimento de medidas socioeducativas), quando estas faziam bagunça. Dessa forma, observa-se que assim como ocorria na antiga gestão da instituição da presente pesquisa, no estudo realizado por

[Sousa](#) et al. (2017) os profissionais abusavam de sua autoridade de poder. Os autores ressaltaram que essa forma de tratamento destinada às crianças e adolescente acabava colaborando para que o seu sofrimento fosse acentuado ([Sousa](#) et al., 2017).

Outro fato que colabora para o sofrimento psíquico de S1 está relacionado à separação de sua figura materna precocemente e da desvinculação com os irmãos em razão da adoção deles. Em relação ao primeiro fator, [Peiter](#) (2016) afirma que condições de separação precoces podem promover consequências significativas e ser vivenciadas no plano fantasmático como abandono psíquico. Esse tipo de abandono não faz referência a um abandono real, mas, sim, ao representante psíquico correspondente às experiências de separação. Essa questão pode ser visualizada inclusive quando crianças não recebem os cuidados adequados que necessitam para garantir as condições necessárias para a construção psíquica. Além disso, [Peiter](#) (2016) afirma que, enquanto humanos, os sujeitos necessitam do outro para buscar amparo, sendo que nos estágios iniciais da vida, quem geralmente provê esse amparo é a mãe. A autora propõe que quando ocorre o abandono, isso se constitui enquanto um representante psíquico ao desamparo. Levando em consideração essas questões, pode-se afirmar que por S1 ter perdido sua mãe na infância e não ter recebido os cuidados adequados pelos demais cuidadores biológicos, sendo inclusive violentado sexualmente, o adolescente não recebeu o amparo de que necessitava para se desenvolver de forma saudável. Essas questões corroboram ainda os indicativos de sofrimento psicológico evidenciados no teste HTP, como necessidade de apoio e insegurança.

Em relação ao fator relacionado a adoção dos irmãos de S1, conforme relatam [Sapata](#) et al. (2019), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) determina que irmãos cadastrados nos programas de adoção devem de preferência ser adotados pela mesma família, e em casos de separação deve haver um motivo relevante para tal ato. Segundo [Guterres](#) (2021) essa recomendação é feita, pois a companhia de irmãos biológicos pode atenuar o sofrimento psicológico que permeia a vida de uma criança ou adolescente que não se encontra sob tutela de sua família de origem. A autora também afirma que a manutenção de grupos de irmãos é importante para que seus laços afetivos não sejam rompidos e para que parte de sua

história de vida anterior à institucionalização continue viva. Entretanto, de acordo com os estudos feitos por existem muitas dificuldades práticas que dificultam a manutenção de grupos de irmãos juntos, seja na instituição ou no encaminhamento para a adoção. Segundo [Sousa](#) (2018) *apud* [Sapata](#) et al. (2019) entre os principais motivos que dificultam esse processo está o fato de famílias que estão habilitadas para a adoção terem interesse em adotar apenas um filho, de preferência na faixa-etária de 0-2 anos de idade, e dessas famílias não terem recursos financeiros suficientes para adotar grupo de irmãos.

O Caso de S2

Na época da realização da pesquisa, conforme os dados coletados mediante entrevista com a adolescente S2 e de dados provenientes de seu prontuário, foi possível identificar que ela tinha 13 anos de idade e encontrava-se institucionalizada há 7 meses. Ela havia relatado que foi morar na instituição de acolhimento principalmente por negligência de sua mãe. Também, S2 disse ter mais 3 irmãos, sendo uma irmã de 8 anos, um irmão de 10 meses e uma irmã de 14 anos. Os dois primeiros se encontravam institucionalizados no mesmo local em que S2 e a terceira residia com a avó. Além de serem negligenciados, S2 e os irmãos sofriam violência física de sua figura materna continuamente.

Os principais indicadores observados nos resultados da aplicação do teste HTP à S2 foram: incerteza, conflito, indecisão, autocrítica, ansiedade, necessidade de apoio, rigidez, retraimento, inadequação e relutância em estabelecer contatos, atitude defensiva, tensão, estabilidade, inacessibilidade, sentimento de rejeição, situação do lar fora de controle, ambiente restritivo, preocupação consigo mesmo, fixação no passado, necessidade de gratificação imediata, apoio e companhia, regressão sob pressões ambientais ou intrapessoais, agressão, preocupações sexuais, hostilidade e culpa.

Por meio da análise dos resultados obtidos pelos métodos de investigação citados foi possível constatar que no momento da realização da pesquisa, S2 encontrava-se em uma situação de estabilidade em comparação com o contexto de vida anterior ao qual estava inserida. Chegou-se a essa conclusão mediante também os relatos de P2 (Educadora) coletados na anamnese. Segundo essa profissional, hoje, S2 tem acesso à todas as coisas materiais que antes não

usufruída, como, roupa, comida e um lugar para dormir. Essa estabilidade verificada no cotidiano de S2 também foi visualizada por meio de outros relatos de crianças e adolescentes que já passaram pelo processo de institucionalização. Conforme uma pesquisa conduzida por [Sousa et al. \(2017\)](#) com sujeitos que já foram submetidos à institucionalização, foi constatado que essa população considerava a instituição de acolhimento em que permaneceram acolhidos por um determinado período como um local que oferecia tudo que precisavam. Um dos adolescentes disse que na instituição que foi acolhido havia uma equipe completa de profissionais que ofereciam às crianças e adolescentes um excelente assistencialismo, pois a equipe era composta por costureiras, cozinheiras, babás, etc. Ainda, outro sujeito disse que em uma das instituições de acolhimento que residiu, ele teve acesso a aulas de música e que inclusive chegou a viajar para os Estados Unidos para se apresentar junto a uma orquestra.

A pesquisa conduzida por [Sousa et al. \(2017\)](#) revela como a experiência de muitas crianças e adolescentes institucionalizados em certo grau foi positiva. Contudo, alguns jovens que contribuíram com as suas experiências para o mesmo estudo relataram aspectos negativos em relação ao ambiente institucional que haviam sido submetidos. O adolescente já citado, que teve oportunidade de participar de uma orquestra em uma das instituições que foi acolhido, explanou que já havia residido em outra instituição de acolhimento anteriormente. Nesta ele explicou que vivenciou suas experiências institucionais de forma restritiva. O adolescente relatou que nesse local não tinha a possibilidade de utilizar celular, computador e nem ter acesso à rua sozinho. Esses fatos relatados por esse adolescente corroboram as expressões obtidas por meio da entrevista semiestruturada e os resultados obtidos por meio do teste HTP aplicado à S2. Foi observado mediante esses instrumentos que a adolescente participante da pesquisa visualizava a instituição como um ambiente restritivo. Conforme apontou S2, ela sentia que não tinha liberdade dentro da instituição. Citou como exemplo o fato de não poder ir à casa de suas amigas sozinha.

Durante a entrevista semiestruturada conduzida com S2, a adolescente também apontou aspectos de sua

experiência de vida relacionados à sua família de origem que colaboraram para o desenvolvimento de alguns de seus comportamentos atuais. Conforme relatado pela adolescente na entrevista, e segundo alguns dados do prontuário, ela e os irmãos eram muito agredidos pela mãe e a sua figura materna também era agredida pelo padrasto. Inclusive, durante a entrevista, S2 disse que não sabia ler nem escrever em decorrência de uma briga que presenciou entre seus pais. Todas essas questões mostraram que a adolescente vivia em um ambiente de absoluta hostilidade e que os sofrimentos que passou foram traumáticos. De acordo com [Rosas e Cionek, \(2006\)](#), crianças e adolescente estão em fase de desenvolvimento, e é imprescindível que durante essa etapa de suas vidas o ambiente ao qual estão inseridos seja equilibrado e propicie condições saudáveis para o seu desenvolvimento, o que inclui uma boa relação com as figuras cuidadoras, a construção de vínculo afetivo, diálogos, entre outros. Segundo os autores, um ambiente hostil e desequilibrado pode constituir fatores que afetam seriamente o processo de aprendizagem, o desenvolvimento físico, mental e emocional de seus membros, visto que o aspecto cognitivo e o afetivo estão interligados. Isso significa que, um problema emocional decorrente de uma desestruturação no círculo de convivência afeta diretamente na aprendizagem da criança ou adolescente. Além disso, a violência doméstica praticada contra crianças e adolescentes pode desencadear outros problemas. De acordo com a coleção institucional do Ministério da Saúde, intitulada como “Impacto da violência na saúde das crianças e adolescentes”, a violência cometida contra crianças e adolescentes pode gerar problemas sociais, emocionais, psicológicos e cognitivos durante toda a vida. Geralmente, essas questões se manifestam por meio do abuso de substâncias psicoativas, álcool e drogas, precoce iniciação à atividade sexual, tornando-se mais vulneráveis à gravidez, à exploração sexual e à prostituição ([Ministério da Saúde, 2010](#)). Esses dados também corroboram a situação de vida de S2 voltada à sexualidade. Em entrevista semiestruturada, a adolescente disse que até o momento (seus 13 anos de idade) já havia se relacionado amorosamente com 6 pessoas diferentes. E no momento da realização da pesquisa disse que estava namorando um colega de escola.

As agressões e visualizações de agressões que ocorreram no decorrer da vida de S2 também proporcionaram o desenvolvimento de outras questões negativas, como, por exemplo, a manifestação de uma atitude agressiva e defensiva nas situações ao seu redor. E foi observado que esse fato constitui um fator que colabora para que S2 tenha dificuldades em suas relações interpessoais. Em entrevista semiestruturada com a adolescente, ela afirmou ter agredido recentemente uma de suas colegas de escola e relatou não sentir arrependimento do ato concretizado. De acordo com um estudo feito em Porto Alegre por [Lisboa](#) (2001), jovens submetidos a agressões dentro do ambiente familiar demonstram ser mais agressivas que as demais, e mantém uma atitude menos empática em relação às pessoas ao seu redor.

Outro aspecto significativo que S2 vivenciou, conforme seus relatos na entrevista e as informações de seu prontuário, foi o abandono de sua figura materna. Segundo ela, a mãe a abandonou no hospital quando nasceu. Atrelado a esse fato, S2 contou vários episódios de negligência dessa figura ao longo de sua vida. Essa negligência também foi comprovada em entrevista de anamnese com P1 (Coordenadora), P2 (Psicóloga) e pela análise feita no prontuário de S2. Dessa forma, pode-se inferir que a adolescente da pesquisa se sente rejeitada por sua família. Conforme afirma [Borges](#) (2017), o abandono pode gerar consequências psicológicas gravíssimas na vida de um sujeito. Segundo o autor, esse tipo de negligência geralmente ocasiona traumas que podem comprometer a vida da pessoa permanentemente. Alguns sentimentos que permeiam a vida de sujeitos que foram abandonados são a sensação de não serem amados, a solidão e a infelicidade. Tais aspectos podem colaborar para que o indivíduo se torne um adulto desequilibrado e antissocial.

[Borges](#) (2017) ainda aponta que estudos evidenciam que, em muitos casos, a lacuna deixada pela ausência dos pais, ou de um deles, na maioria das vezes, é preenchida por outras figuras presentes em sua vida. Esse fato afirmado por Borges é de extrema importância para crianças e adolescentes que se encontram em situação de institucionalização. Conforme foi percebido pela entrevista realizada com S2, bem como pelos resultados do teste projetivo HTP, a adolescente necessitava de apoio e de uma demonstração de verdadeiro interesse

em seus conflitos, visto que sua história de vida foi marcada por abandonos e negligência. Dessa forma, percebe-se que a construção de vínculos afetivos com os profissionais da instituição é de extrema importância para o desenvolvimento de S2. Foi possível evidenciar durante a pesquisa que dentro da instituição existia uma relação de confiança entre S2 e P1 (Coordenadora). Esse fato foi verificado tanto visualmente (foi observado que no decorrer dos encontros, sempre que a adolescente queria contar algo ou pedir ajuda, ela contatava primeiramente a coordenadora), quanto pelas verbalizações de S2 e P1 durante as entrevistas respectivamente semiestruturadas e de anamnese. Conforme explanado por [Silva](#) e Germano (2015), quando uma criança ou adolescente é encaminhado a uma instituição de acolhimento, isso é um indicativo de que em algum momento de sua vida houve o rompimento de um vínculo com a figura cuidadora. Dessa forma, a instituição de acolhimento surge como possibilidade de oferecer suporte material e afetivo. Mas para isso é imprescindível que os profissionais da equipe técnica estejam disponíveis para gerar, nesse ambiente, um local de fortalecimento e construção de vínculos saudáveis.

E, finalmente, foi possível identificar por meio do teste HTP diversos indícios de regressão por parte de S2. P1 (Coordenadora) explicou que em determinados episódios de estresse, a adolescente se tranca no chiqueirinho que fica localizado em seu quarto e se recusa a sair. A demonstração desses comportamentos infantis revela como S2 regride em determinadas ocasiões. De acordo com [Campos](#) (2019), a regressão é um mecanismo de defesa inconsciente usado para proteger a mente de sentimentos ou pensamentos difíceis de lidar ou de impulsos carregados de desejos e que o Ego considera perigosos ou que entram em conflito com as exigências do superego. É um modo de defesa primitivo, e embora contribua para a redução da tensão, deixa sem solução a fonte de ansiedade original.

O Caso de S3

No período de realização do estudo, foi verificado por meio de entrevista com a adolescente S3 e análise de seu prontuário que ela tinha 16 anos e encontrava-se institucionalizada há 5 meses. Ela foi encaminhada à instituição devido a situação de reclusão de sua mãe

e porque ela havia sido internada em uma clínica de reabilitação. A filha de S3 se encontrava acolhida na instituição também. A adolescente disse que possuía 12 irmãos, sendo 6 apenas por parte de mãe, e os outros 6 apenas por parte de pai. Na época da realização da pesquisa ela mantinha contato com uma de suas irmãs, mas não possuía nenhum vínculo com sua família paterna.

Os principais indicadores observados nos resultados da aplicação do teste HTP à S3 foram: insegurança, retraimento, tensão e compensação, regressão, organicidade (hemisfério esquerdo), preocupação consigo mesmo, fixação no passado, impulsividade e necessidade de gratificação, preocupação com o passado, inadequação, necessidade de apoio, conflito, bom contato com a realidade, indecisão e relutância em fazer contatos, constrição, estabilidade, rigidez, necessidade de ocultar sentimentos de inadequação, ambiente restritivo, fantasia e pressões ambientais.

Primeiramente foram observadas duas questões positivas na avaliação feita diante do caso de S3. Foi verificado por meio do HTP e da entrevista semiestruturada dirigida a ela que, na época de realização da pesquisa, a adolescente se encontrava em uma situação de estabilidade, possuía um bom contato com a realidade e conseguia manter seu ego estável. Essas características são importantes, pois evidenciam que S3 estava sendo capaz de lidar com as estimulações advindas do seu próprio aparelho psíquico e do ambiente exterior ao qual se encontrava inserida. Conforme aponta [Lima](#) (2010), a função do ego é mediar o id e o mundo exterior, além de ter que lidar com o superego, com memórias de todo tipo e com as necessidades físicas do corpo.

Apesar dos aspectos positivos da personalidade de S3 destacados, foi possível identificar alguns pontos de atenção. De acordo com a análise dos resultados obtidos por meio do HTP, entrevista semiestruturada e anamnese, pôde-se constatar que a adolescente é uma pessoa tensa e que possui muita insegurança em relação ao futuro. Essa insegurança e tensão provavelmente são decorrentes das incertezas que traz principalmente em relação ao futuro seu e de sua filha. Conforme apontado por S3, ela não sentia que o ambiente em que estava era seguro, pois achava que a

filha poderia ser tirada de si, visto que ambas estavam institucionalizadas. Além disso, foi possível observar que a adolescente era impulsiva na resolução de problemas. Conforme apontado por uma entrevista realizada com a coordenadora da instituição (P1), S3 já demonstrou sua impulsividade, por exemplo, no modo de reagir quando recebeu uma correção. Contudo, apesar dessa insegurança e impulsividade, a profissional P3 (Assistente Social) explicou em entrevista de anamnese como a adolescente conseguiu desenvolver confiança em si e em outros membros da equipe técnica ao longo do tempo. De acordo com [Silva](#) e [Germano](#) (2015), a construção de um vínculo afetivo de confiança entre os profissionais da equipe técnica e a população institucionalizada é vital. Segundo os autores, essa construção é um meio de subsistência e manutenção de um ambiente adequado para o desenvolvimento da criança ou adolescente.

A construção de vínculos afetivos, especialmente no caso da adolescente S3, também é importante, pois foi verificado por meio de suas verbalizações na entrevista e resultados do HTP que ela é carente de apoio e necessita da companhia de outras pessoas. Diante do observado, a adolescente nunca recebeu o apoio de que precisava. Conforme ela disse em entrevista, quando mais precisou durante a sua gravidez não teve apoio das pessoas que achava que a acolheriam. Foi possível constatar que a adolescente sentia falta de sua figura materna e que possuía esperanças de que futuramente ambas viveriam um bom relacionamento. Devido a essa carência materna desde criança, é possível inferir que S3 ainda necessita de um acolhimento caracterizado pela demonstração de afeto e verdadeiro interesse em suas necessidades. Apesar desse bom relacionamento predominante na instituição, foi possível observar que S3 percebia o ambiente da instituição como um local restritivo. A adolescente disse na entrevista que a instituição não promovia liberdade a si. Ela havia explicado que tinha muita vontade de, por exemplo, sair para passear ou brincar com sua filha sozinha, contudo, isso não era permitido pela Casa. S3 disse que sua vontade era ser desinstitucionalizada o mais rapidamente possível para que pudesse retomar sua vida de forma livre, evidenciando também a manifestação de um certo grau de ansiedade. Por mais que a adolescente visualizasse a instituição como um ambiente restritivo devido aos pontos

que foram destacados, verificou-se com a profissional P3 (Assistente Social) que a entidade tentava promover a construção de autonomia da população que ali se encontrava acolhida. Porém, conforme ressaltado por ela, algumas regras realmente eram estabelecidas como medida protetiva e não podiam ser quebradas. P3 (Assistente Social) explicou que visualizava os desejos de S3 em relação ao exercício de sua maternidade, contudo, falou que como S3 e a filha estavam sob tutela do governo separadamente, alguns anseios não poderiam ser atendidos.

Em virtude do desejo de desinstitucionalização, foi verificado que a adolescente possuía metas muito bem definidas para seu futuro. Isso foi constatado tanto na entrevista quanto na fase do inquérito. Ela verbalizou que almejava uma casa própria para residir, exercer sua maternidade e conquistar um bom emprego para prover o sustento seu e de sua filha. Além disso, ela mencionou o desejo de restabelecer relações com sua figura materna. Entretanto, foi percebido na entrevista semiestruturada realizada com ela, que apesar desse foco em relação ao futuro, S3 encarava que todas essas conquistas estavam longe de serem concretizadas. Mas apesar desse sentimento de distanciamento observado na adolescente, ressalta-se o fato de ela possuir um projeto de vida bem definido para o seu futuro. Um estudo feito por Marques (2013), que objetivava verificar as expectativas que adolescentes institucionalizados vislumbravam para seu futuro, também constatou que a população participante da pesquisa possuía um projeto de vida para o futuro que era pautado principalmente na inserção no mercado de trabalho, ingresso em cursos superiores e restabelecimento de contato com a família de origem.

Outro fator a ser destacado em relação aos resultados obtidos na avaliação feita com S3 foi a atitude autocrítica da adolescente em relação ao seu passado. Conforme verificado na entrevista semiestruturada, ela sempre mencionou o fato do período de sua vida em que era usuária de drogas e como percebia que isso destruiu questões de sua vida, por exemplo, o relacionamento com o seu namorado. E, finalmente, foi possível observar que devido aos muitos conflitos e sofrimentos vivenciados por S3, ela utilizava mecanismos de defesa, como, o sorrir e o retraimento em alguns momentos durante a entrevista, para tentar não transparecer sua dor. De acordo com Campos (2019), os mecanismos de defesa auxiliam o sujeito a lidar com os desafios da realidade. Além disso, segundo a pesquisa de Alves (2015), a teoria freudiana

afirma que os mecanismos de defesa possuem três funções, sendo: a inibição ou bloqueio de conteúdos mentais, a sua distorção, ou o disfarce dos conteúdos mentais por meio de seus opostos. Freud definiu como mecanismos de defesa: recalçamento, repressão, formação reativa, a regressão, a projeção, a transformação no contrário, a introjeção, a inflexão sobre si, a anulação retroativa e o isolamento (Bond, 1995 *apud* Alves, 2015).

O Caso de S4

S4, na época da realização do estudo, tinha 10 anos e encontrava-se institucionalizada há 1 mês, conforme entrevista realizada com ela e os dados provenientes da análise documental feita em seu prontuário. Ela foi encaminhada à instituição devido à negligência de sua figura materna. Ela afirmou que tinha mais 3 irmãos, sendo que a mais nova se encontrava institucionalizada consigo no local. Além disso, S4 possuía outros irmãos paternos, no entanto, não tinha ciência de quantos eram, por não manter contato com essa parte de sua família. No período de realização do estudo, ela recebia visitas regulares de sua mãe e tia na instituição.

Os principais indicadores observados nos resultados da aplicação do teste HTP à S2 foram: ambiente restritivo, tensão e compensação, sentimento de frustração e hostilidade em relação a um ambiente restritivo, antecipação do futuro, estabilidade/controlado, capacidade de adiar a gratificação, necessidade de segurança e ansiedade, retraimento, estabilidade, inacessibilidade, sentimento de rejeição e situação do lar fora de controle, rigidez, ansiedade, fantasia, necessidade de companhia, insegurança, preocupação com o ambiente, concretismo, depressão.

Diferentemente dos outros três participantes, S4 encontrava-se institucionalizada por um período relativamente menor de tempo (aproximadamente 1 mês). Conforme foi apontado em entrevista de anamnese pela profissional P4 (Educadora), S4 ainda estava em processo de adaptação na instituição. Segundo P4 (Educadora), tudo ainda era novo para ela, pois o local possuía um funcionamento diferente do qual ela estava acostumada em sua casa anterior. A profissional citou: *“ela está em um ambiente onde as regras são novas e onde ela precisa conviver com pessoas às quais não estava habituada anteriormente”*. Durante a entrevista conduzida com S4, ela falou que fez amizades dentro da instituição, mas que desejava

muito retornar a sua residência anterior, junto com a mãe, pois no local em que morava não havia nada para fazer durante os dias e ela não gostava de algumas regras solicitadas pelas educadoras do local. De acordo com [Bradshaw](#) (1993), a dificuldade no processo de adaptação de crianças em situação de institucionalização está vinculada ao desencadeamento de sentimento de insegurança e medo de abandono por ocorrências de negligências ou maus-tratos anteriores ao acolhimento. Além disso, de acordo com [Almeida](#) e Mota (2004), dentro de uma instituição de acolhimento todos os rostos são desconhecidos e o inesperado pode acontecer a qualquer instante, gerando assim mais insegurança e ansiedade aos infantes acolhidos. Essas informações corroboraram os resultados fornecidos pelo teste projetivo HTP em relação à demonstração de sentimentos de inadequação, descontentamento, ansiedade, frustração e preocupação em relação ao ambiente e insegurança frente ao novo, por parte de S4.

Assim, pode-se inferir que S4 ainda estava em processo de elaboração do rompimento afetivo com sua figura cuidadora de origem e tentando se adaptar à sua nova realidade de vida. Conforme observado, a instituição de acolhimento da pesquisa possuía uma boa condição estrutural e fornecia estímulos para o desenvolvimento saudável dos jovens ali acolhidos. Contudo, assim como no caso dos demais, pode-se considerar que S4 estivesse sofrendo psicologicamente com a institucionalização, pois além dos dados provenientes do teste HTP, [Calcing](#) e Benetti (2014) relatam em sua pesquisa que a simples retirada da criança do convívio familiar é dolorosa, uma vez que essas pessoas não estão preparadas psicologicamente para deixar de conviver com seus genitores, por mais que essas figuras lhe tenham causado algum mal. A profissional P4 (Educadora) também relatou em entrevista de anamnese que esse rompimento da figura cuidadora é muito complicado para as crianças e adolescentes que são acolhidos na instituição, pois apesar da Casa tentar suprir todas as suas necessidades físicas e emocionais, existe rotatividade de profissionais, dessa forma a construção de afeto se torna complexa. Conforme citou P4 (Educadora), a cada 12 horas, as 'mães' (educadoras) da instituição mudam.

Outro dado importante evidenciado pelo teste projetivo HTP foi o comportamento retraído de S4. Essa característica também foi notada no decorrer

de outras etapas do processo de avaliação psicológica, como, durante a entrevista semiestruturada. Conforme evidenciado, apesar de aceitar espontaneamente participar da pesquisa, S4 demonstrou dificuldades em falar sobre os seus sentimentos e sobre sua vida como um todo. S4 sempre falava em um tom baixo, respondia perguntas com poucas palavras ou mesmo por meio de acenos com a cabeça. Esses fatos observados também corroboraram as percepções da Assistente Social da instituição (P3). Segundo a profissional, S4 é uma pessoa retraída e muitas vezes responde os seus "bons-dias" apenas com gestos. Em um estudo feito por [Avanci](#) et al. (2009) foi verificado que o comportamento retraído de crianças institucionalizadas pode estar vinculado a experiências de violências ou ausências sofridas em seus lares anteriores. Esses dados corroboraram as percepções adquiridas em relação a S4 com dados obtidos por meio de seu prontuário e com a entrevista realizada com as profissionais da instituição. Conforme constatado, a participante foi institucionalizada em razão de negligência de sua figura cuidadora. Além disso, de acordo com relatos da profissional P4 (Educadora), S4 já havia lhe relatado ter sofrido violência sexual por parte de seu padrasto. Assim, pode-se inferir que essas violências e ausências ao longo de sua vida tenham colaborado para que S4 desenvolvesse um comportamento retraído.

Análise e comparação dos quatro casos da pesquisa

O objetivo da pesquisa foi analisar se o período de institucionalização de crianças e adolescentes constitui um fator que agrava o sofrimento psíquico. Dessa forma, os dois sujeitos institucionalizados há mais tempo e as duas institucionalizadas a menos tempo foram convidados a participar da pesquisa. Os sujeitos identificados no estudo como S1 e S2 estavam a mais tempo no acolhimento, os participantes S3 e S4, a menos tempo. Os apontamentos que serão feitos a seguir evidenciarão quais foram os indicadores comuns aos quatro participantes e quais foram as percepções obtidas acerca do sofrimento psíquico dessa população institucionalizada.

Em relação aos indicadores que foram comuns aos quatro adolescentes participantes da pesquisa, foi evidenciado, por meio do teste HTP, das entrevistas semiestruturadas e de anamnese, que todos se

encontravam em uma situação de estabilidade no momento, que eles experienciavam o ambiente ao qual estavam inseridos de forma restritiva, que todos demonstravam um comportamento retraído e tenso, e que eles necessitavam de apoio. Contudo, apesar da prevalência desses indicadores, cada um deles possuía motivos específicos e diferentes para a demonstração de seus comportamentos. Foi possível verificar também que cada um dos adolescentes teve uma questão singular sinalizada por meio dos instrumentos de avaliação aplicados. Por exemplo, no caso de S1, diferentemente dos demais participantes, foi nítida a observação da tendência à fantasia e de sua rigidez. Já no caso de S2, diferentemente de S1, S3 e S4, ficou evidente a questão da agressividade, tanto no quesito sofrido, quanto na manifestação desse comportamento para com outras pessoas. No caso de S3, distintamente dos demais participantes, foi enfatizada a questão da autocrítica. E, por fim, S4 demonstrou nitidamente um comportamento retraído e a necessidade de segurança.

De acordo com as entrevistas semiestruturadas e anamnese realizadas respectivamente com a população alvo da pesquisa e com os profissionais da equipe técnica da instituição, foi possível chegar à conclusão de que muitos dos sofrimentos que permeavam as vidas dessas pessoas acolhidas foram ocasionados por vivências anteriores à institucionalização. No caso de S1 pode-se citar a violência sexual praticada com ele pelo irmão mais velho, a estimulação de um relacionamento incestuoso pelo pai, o falecimento da mãe, entre outros. Já em relação à S2 é possível mencionar as agressões sofridas pela mãe, o abandono por parte de sua figura materna, as visualizações de conflitos entre os pais, entre outros. No caso de S3 pode-se citar a reclusão de sua mãe desde a infância, ausência de outros familiares que lhe prestassem apoio, abuso de drogas etc. E no caso de S4 é perceptível que as violências sexuais cometidas pelo padrasto e as negligências da mãe deixaram marcas que refletem em seu comportamento. Dessa forma, ficou explícito que uma grande parcela do sofrimento desses jovens foi decorrente de experiências negativas vivenciadas no passado. Foi observado por meio dos resultados do HTP que todos esses fatores apontados foram sinalizados pelo teste, assegurando, assim, a eficiência desse instrumento como um recurso válido e seguro para a avaliação psicológica.

Em relação ao objetivo central da pesquisa, foi constatado por meio do HTP e dos demais instrumentos de investigação psicológica que o período de institucionalização prolongado afeta o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Essa averiguação foi observada principalmente comparando-se o adolescente S1 (institucionalizado há 6 anos) com as demais. De acordo com os resultados obtidos, foi constatado que o adolescente se encontrava institucionalizado desde 2015, contudo, o seu prontuário mostrava que ele já havia passado pela institucionalização em 2011. Assim, ficou evidente que S1 passou a maior parte do tempo de sua vida em uma instituição de acolhimento. Segundo a entrevista de anamnese conduzida com as profissionais P1 (Coordenadora) e P3 (Assistente Social), isso foi um fator que constituiu um grande prejuízo e sofrimento para o adolescente, uma vez que durante todo esse tempo ele observou muitas pessoas entrando e saindo da instituição. Além disso, pode-se concluir que esse sujeito foi afetado pela institucionalização, por não ter sua autonomia bem desenvolvida. Sobre essa questão, P1 (Coordenadora) e P3 (Assistente Social) relataram que ele tinha dificuldades em compreender como a realidade do mundo de fato funcionava fora da instituição e não conseguia estabelecer quais eram as suas prioridades. Elas explicaram que o funcionamento da Casa era executado visando a construção de autonomia do sujeito. Assim, toda a população acolhida possuía responsabilidades em relação às atividades domésticas, além disso, o próprio adolescente S1 possuía um emprego e era autorizado a retornar sozinho para a instituição, entre outros. Contudo, apesar desse tipo de exercício estimulado pela Casa, a coordenadora e a assistente social afirmaram que algumas questões existentes na instituição não funcionavam da mesma forma fora dela. E essa falta de contato plena com o funcionamento geral da sociedade constituiu um problema para o desenvolvimento de S1, logo, pode-se inferir que o adolescente sofresse psiquicamente.

Mas, além desse fator apontado, não se pode desconsiderar que essas dificuldades de S1 possuíam uma causa anterior à institucionalização, a qual foi a violência sexual sofrida durante sua infância. Segundo Florentino (2015) *apud* Rovinski e Pelisoli (2019), a ocorrência desse tipo de violência pode se caracterizar como um viabilizador para o surgimento

de futuras psicopatologias e dificuldades na evolução psíquica e social. A violência sexual é considerada um evento traumático, tanto pela brutalidade do ato, quanto pela falta de preparo em sentido desenvolvimentista para compreender atividades sexuais.

No caso das outras participantes da pesquisa, foi possível perceber, a partir do HTP e da entrevista dirigida a elas, que todas experienciavam o ambiente da instituição de forma restritiva e que almejavam ser desinstitucionalizadas. Dessa forma, esse sentimento expresso pode colaborar para que elas sofressem psicologicamente. Porém, quando se compara os resultados da institucionalização para essas quatro pessoas, é possível observar que os prejuízos maiores foram observados no adolescente S1. Por mais que S2 seja a segunda pessoa institucionalizada há mais tempo (7 meses), quando sua situação de vida institucional é comparada com S1, verifica-se que este último foi mais afetado pela institucionalização em virtude de não ter tido uma experiência efetiva com o mundo exterior à instituição em grande parte de sua vida.

Segundo a Lei nº [13.509](#) de 22 de novembro de 2017, crianças e adolescentes não devem permanecer institucionalizados por mais de 1 ano e 6 meses, salvo se for comprovada necessidade (Lei n. [13.509](#), 2017). Contudo, conforme constatado na investigação, em decorrência da impossibilidade de reintegração familiar e adoção, o sujeito S1 permanece em situação de institucionalização desde os 10 anos de idade até o momento. Os dados obtidos corroboraram os estudos conduzidos por [Silva](#) (2010). A autora citada realizou um trabalho no município de Natal – RN, que visava identificar os efeitos do processo de institucionalização às crianças e adolescentes. Nesse estudo, ela verificou que um dos jovens participantes da pesquisa permaneceu na instituição desde os 14 anos até completar a sua maioridade penal, visto que também não possuía a possibilidade de retornar à sua família de origem ([Silva](#), 2010).

De acordo com [Silva](#) (2010), adolescentes com longos períodos de institucionalização tendem a apresentar uma série de dificuldades ao lidar com a vinculação afetiva durante o período de acolhimento institucional. A grande rotatividade de crianças e adolescentes institucionalizados, ou mesmo da equipe técnica, podem ser prejudiciais ao desenvolvimento do sujeito.

Além disso, a autora afirma que longos períodos vivenciados dentro de uma instituição podem colaborar para uma dificuldade em relacionar-se com a realidade social e para o desenvolvimento de autonomia, visto que a população que permanece muito tempo nesses locais não aprendeu a conviver em um outro contexto ([Silva](#), 2010).

Conclusão

Foi possível concluir com a pesquisa que grande parte do sofrimento psíquico das crianças e adolescentes que se encontram institucionalizados é decorrente de experiências anteriores à institucionalização. Mas também foi possível constatar que, no que tange ao período de institucionalização como fator agravante do sofrimento psíquico das pessoas institucionalizadas, os instrumentos de avaliação utilizados confirmaram a hipótese levantada. De acordo com os resultados obtidos, os quatro participantes mostraram-se descontentes com o seu atual contexto de vida em uma instituição de acolhimento, sendo que cada um possuía um motivo singular para isso. No entanto, quando se comparou os comportamentos demonstrados por cada um deles, atrelado às percepções das profissionais do local e dos resultados obtidos por meio do teste HTP, foi possível identificar que o sujeito S1, institucionalizado a mais tempo no local, apresenta prejuízos maiores em relação ao seu desenvolvimento social que os demais, sendo constatado como motivo a falta de contato pleno de S1 com um contexto social fora da instituição na maior parte de sua vida. Atrelado a isso, pode-se citar também as violências que sofreu diante da antiga gestão da instituição que reside. Diante desses dados, foi possível concluir que o período de institucionalização constitui um agravante para o desenvolvimento de sofrimento psíquico e que o teste projetivo HTP foi um instrumento confiável para essa investigação.

Além dessas constatações, foi possível verificar que a instituição de acolhimento da pesquisa utiliza adequadamente os recursos que possui para o provimento das necessidades físicas e materiais das crianças e adolescentes ali residentes. Também foi averiguado que a instituição possui como princípios a promoção do desenvolvimento da autonomia e senso de responsabilidade dos sujeitos institucionalizados, por meio

da atribuição de tarefas diárias, incentivo ao ingresso no mercado de trabalho, entre outros. Além disso, foi observado que tanto as profissionais que compõem a equipe técnica do local, quanto as educadoras executam um trabalho que visa a construção de vínculos afetivos com as crianças e adolescentes. Mas, apesar desses aspectos positivos, foi constatado que os participantes da pesquisa são carentes do afeto de seus genitores e parentes próximos. Esse fato evidencia que o processo de institucionalização caracteriza um rompimento doloroso entre a criança ou adolescente e suas figuras cuidadoras, pois, mesmo quando essa pessoa está inserida em um contexto marcado por violências ou negligências, ele não está preparado psicologicamente para o rompimento. Porém, apesar dessas constatações, visualiza-se que os dados encontrados não englobam toda a dimensão do objeto pesquisado, havendo, assim, a necessidade de realização de outras pesquisas abordando essa temática com um número maior de participantes. Dessa forma, a fim de se realizar uma intervenção na realidade atual, logo após o término da pesquisa, o trabalho foi compartilhado com a psicóloga e supervisora do Núcleo de Estágio de Psicologia Jurídica da instituição a qual as pesquisadoras estão vinculadas, a fim de que essa profissional criasse um plano para que estagiários desse núcleo executassem práticas interventivas nessa instituição de acolhimento, como, por exemplo, a realização de reuniões com a rede para auxiliar nas tentativas de diminuir o tempo de acolhimento de crianças e adolescentes, e para colaborar para que na rede atue evitando a ocorrência desse tipo de situação.

Contribuições das autoras

Lima, D. B. realizou o contato inicial com a instituição de acolhimento que se pretendeu realizar a pesquisa e foi responsável pela orientação do estudo e construção do artigo científico. Fermino, S. participou da concepção, coleta de informações da pesquisa, interpretação dos resultados e redação do artigo científico.

Conflitos de interesses

Nenhum conflito financeiro, legal ou político envolvendo terceiros (governo, empresas e fundações privadas etc.) foi declarado para nenhum aspecto do trabalho submetido (incluindo, mas não se limitando a subvenções e financiamentos, participação em conselho consultivo, desenho de estudo, preparação de manuscrito, análise estatística etc.).

Indexadores

A Revista Psicologia, Diversidade e Saúde é indexada no [DOAJ](#), [EBSCO](#) e [LILACS](#).



Referências

- Agência Brasil. (2019, 16 de dezembro). Brasil registra diariamente 233 agressões a crianças e adolescentes. *Veja*. <https://veja.abril.com.br/brasil/brasil-registra-diariamente-233-agressoes-a-criancas-e-adolescentes/>
- Almeida, T. L., & Motta, M. A. P. (2004). As marcas do abandono e da institucionalização em crianças e adolescentes. In: *Centro de Capacitação e Incentivo à Formação – CeCIF (Org.). Dialogando com abrigos* (p. 42-51). Edição do Autor.
- Alves, C. S. (2015). *Crença num mundo justo e bem-estar subjetivo: o papel mediador dos mecanismos de defesa do ego* [Dissertação de mestrado, Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do Instituto Universitário de Lisboa. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/10768>
- Avanci, J., Assis, S., Oliveira, R., & Pires, T. (2009). Quando a convivência com a violência aproxima a criança do comportamento depressivo. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(2), 383–394. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000200008>
- Borges, M. M. (2017). *Efeitos jurídicos e psicológicos do abandono afetivo parental* [Trabalho de conclusão de curso, Faculdade Evangélica de Goianésia]. Repositório Digital Institucional da Associação Educativa Evangélica. <http://repositorio.aee.edu.br/jspui/handle/aee/8312>
- Bradshaw, J. (1993). *Volta ao lar: como resgatar e defender sua criança interior* (Aulyde Soares Rodrigues, Trad.) (1ª ed.). Rocco.
- Calcing, J., & Benetti, S. P. C. (2014). Caracterização da saúde mental em crianças e adolescentes em acolhimento institucional. *Psico*, 45(4), 559–567. <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2014.4.13629>
- Campos, R. C. (2019). O Conceito de Mecanismos de Defesa e a sua Avaliação: Alguns Contributos. *Revista Iberoamericana de Diagnóstico y Evaluación – e Avaliação Psicológica*, 1(50), 149–161. <http://dx.doi.org/10.21865/RIDEP50.1.12>

- Fonseca, P. N., Albuquerque, A. B., Lima, B. L., Santos, J. L. F., & Souza Filho, J. F. (2020). Acolhimento institucional de crianças: avaliação da estrutura física, do funcionamento e da equipe de profissionais. *Psicologia, Conocimiento y Sociedad*, 10(3), 71–92. <https://doi.org/10.26864/pcs.v10.n3.4>
- Freud, S. (1969). Totem e Tabu: Retorno ao Totemismo na infância. In: S. Freud. *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Imago. [Texto originalmente publicado em 1913].
- Freud, S. (1976). Instintos e suas vicissitudes. In: S. Freud. *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud Vol. XV*. Imago. [Texto originalmente publicado em 1915]
- Galván, G. (2012). O conceito de regressão em Freud e Winnicott: algumas diferenças e suas implicações na compreensão do adoecimento psíquico. *Winnicott e-prints*, 7(2), 38–51. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-432X2012000200003
- Guterres, L. F. (2021). “Separar ou não eis a questão!”: Uma análise sobre a adoção de irmãos. [Trabalho de conclusão de curso, Centro Universitário de Ensino Superior Dom Bosco]. Repositório Digital Maria Izabel. <http://repositorio.undb.edu.br/jspui/handle/areas/726>
- Hermann, F. (2015). *O que é Psicanálise para iniciantes ou não*. Blucher.
- Krug, J. S., Bandeira, D. R., & Trentini, C. M. (2016). Entrevista Lúdica Diagnóstica. In: C. S. Hutz, D. R. Bandeira, C. M. Trentini, & J. S. Krug (Orgs.). *Psicodiagnóstico* (pp.73-99). Artmed.
- Laville, C., & Dionne, J. (2008). *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Artmed.
- Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm
- Lei n. 12.010, de 3 de agosto de 2009. (2009). Dispõe sobre adoção e altera o Estatuto da Criança e do Adolescente. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm#art2
- Lei n. 13.509, de 22 de novembro de 2017. (2017). Dispõe sobre adoção e altera o Estatuto da Criança e do Adolescente. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13509.htm
- Lima, A. P. (2010). O modelo estrutural de Freud e o cérebro: uma proposta de integração entre a psicanálise e a neurofisiologia. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 37(6), 270–277. <https://doi.org/10.1590/S0101-60832010000600005>
- Lisboa, C. S. M. (2001). *Estratégia de coping e agressividade: um estudo comparativo entre crianças vítimas e não vítimas de violência doméstica* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Lume Repositório Digital. <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/1809>
- Marques, A. I. P. S. C. (2013). *Expectativas futuras de jovens institucionalizados* [Dissertação de mestrado, Instituto Superior Miguel Torga]. DSpace Repository. <http://dspace.ismt.pt/xmlui/handle/123456789/374>
- Mcgrath, C., Palmgren, P. J., & Liljedahl, M. (2019). Twelve tips for conducting qualitative research interviews. [Doze dicas para produzir entrevistas de pesquisa qualitativa]. *Medical Teacher*, 41(9), 1002–1006. <https://doi.org/10.1080/0142159X.2018.1497149>
- Ministério da Saúde. (2010). *Impacto da violência na saúde das crianças e adolescentes*. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/impacto_violencia_saude_crianças_adolescentes.pdf
- Nasio, J. D. (2005). *A fantasia: o prazer de ler Lacan*. Zahar.
- Peiter, C. (2016). *Adoção: vínculos e rupturas: do abrigo à família adotiva*. (2a ed.). Zagodoni.
- Organização Mundial da Saúde (2016). *Inspire: sete estratégias para pôr fim à violência contra criança*. OMS. https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/207717/9789241565356_por.pdf?ua=1
- Rosas, F. K., & Cionek, M. I. G. D. (2006). O impacto da violência doméstica contra crianças e adolescentes na vida e na aprendizagem. *Conhecimento Interativo*, 2(1), 10–15. <https://www.mprs.mp.br/media/areas/infancia/arquivos/impacto.pdf>
- Rovinski, S. L. R., & Pelisoli, C. L. (2019). *Violência sexual contra crianças e adolescentes*. Testemunho e avaliação psicológica. Vetor.
- Sapata, M. M., Tuyama, E., & Silva, T. M. (2019). Adoção Conjunta de Irmãos. *Revista Científica Faculdade Atenas*, 11(4). http://www.atenas.edu.br/uniatenas/assets/files/magazines/ADOCOA_CONJUNTA_DE_IRMAOS.pdf

- Silva, M. E. S. (2010). *Acolhimento institucional: a maioria e o desligamento* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. Repositório Institucional UFRN. <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/17469>
- Silva, D. Q. (2013). A pesquisa em psicanálise: o método de construção do caso psicanalítico. *Revista Estudo de Psicanálise*, 39, 37–45. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372013000100004
- Silva, M. R. C., & Germano, Z. (2015). Perspectiva psicanalítica do vínculo afetivo: o cuidador na relação com a criança em situação de acolhimento. *Psicologia Ensino & Formação*, 6(2). http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-20612015000200004
- Silva, A. M., & Bandeira, D. R. A. (2016). Entrevista de Anamnese. In C. S. Hutz, D. R. Bandeira, C. M. Tretini, & J. S. Krug (Orgs.). *Psicodiagnóstico* (pp. 52-68). Artmed.
- Sousa, P. M. S., Alberto, L. M. M. D. V., Santos, M. C. C., & Constantino, P. (2017). Percepções sobre o acolhimento institucional de crianças e adolescentes a partir de histórias de vida. *Revista Perspectiva Online: Humanas & Sociais Aplicadas*, 7(20), 62–81. <https://doi.org/10.25242/887672020171195>

Apêndices

Figura 1. Entrevista semiestruturada dirigida ao público alvo

Conte-me sobre a sua história de vida.
Fale-me sobre a sua rotina na instituição.
Em seu ponto de vista, quais foram os fatores que o levaram ao acolhimento?
O que você gosta e não gosta na instituição?
Este é um ambiente no qual você se sente confortável?
Como é sua relação com as outras pessoas que moram com você e com os profissionais desse local?
Quais são seus objetivos e sonhos em relação ao futuro?
Me conte algo bom e algo ruim que já tenha acontecido com você.

Figura 2. Entrevista de anamnese dirigida aos profissionais

Qual sua escolaridade?
Há quanto tempo trabalha nessa instituição?
Como você classificaria a sua relação cotidiana com as 4 crianças e ou adolescentes escolhidos para participar da pesquisa?
Quais foram os fatores que levaram à institucionalização das 4 crianças e ou adolescentes participantes da pesquisa?
Você acredita que essas 4 crianças e ou adolescentes se adaptaram à instituição durante o período que permaneceram nela?
Quais são as principais dificuldades que essas 4 pessoas institucionalizadas enfrentam na instituição?
Você considera que a institucionalização pode acarretar prejuízos à saúde psíquica desses jovens?